

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 570 - Brasília, quarta-feira, 22 de outubro de 1997



ACM e Michel Temer criaram grupo de trabalho para estudar mudanças no regimento e na legislação

## Congresso busca mais agilidade nas votações

Um grupo de trabalho estudará nos próximos dias propostas que garantam maior rapidez à tramitação de matérias no Congresso Nacional. A decisão foi tomada pelos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, em reunião realizada ontem de manhã no gabinete da presidência do Senado. O grupo deverá identificar as necessidades de mudanças nos regimentos das duas Casas e, mesmo, na legislação e na Constituição. **Página 8**

## Senado facilita a transferência de imóvel financiado pelo SFH

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que facilita a transferência de imóveis financiados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Ainda na sessão de ontem, os senadores decidiram apro-

var apenas uma emenda introduzida pelos deputados no projeto de lei que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data* (direito constitucional que têm as pessoas de conhecer as informações sobre elas arquivadas em

entidades do governo). Foi aprovado também projeto de resolução que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro. Os senadores aprovaram ainda três novos empréstimos a estados para saneamento financeiro. **Página 2**



Na CAE, senadores discutem emendas à proposta da renda mínima

## CAE debate projeto que estimula a construção

A aprovação do projeto de lei do Executivo que cria o Sistema Financeiro Imobiliário poderá representar o ingresso de US\$ 500 milhões na construção civil. A aplicação desse dinheiro seria feita pelos bancos particulares. A previsão foi feita ontem pelo senador Fernando

Bezerra, relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, que promoveu audiência pública sobre o tema. A CAE adiou para amanhã a votação das emendas ao projeto de lei que institui a renda mínima associada a ações sócio-educativas. **Página 7**



A Comissão de Infra-Estrutura do Senado aprovou ontem nomes para a diretoria da Anatel. **Página 3**

## Fim do "contrato de gaveta" para imóvel vai à Câmara

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) que facilita a transferência de imóveis financiados dentro das normas do Sistema Financeiro da Habitação, estabelecendo que o empréstimo será transferido ao novo comprador "nas mesmas condições do contrato inicial", respei-

tados alguns requisitos.

Entre os requisitos, encontram-se a atualização *pro rata die* da prestação desde o último reajuste e o acréscimo "de uma quinta parte do valor atualizado do encargo", ou seja, acréscimo de 20% na prestação atualizada. Haverá ainda o pagamento, pelo comprador do imóvel já financiado, de uma taxa de 1% sobre o valor do saldo devedor.

O projeto ainda terá de ser votado pelos deputados. Conforme o senador Júlio Campos, se a proposta for aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente da República, será possível regularizar milhares de "contratos de gaveta". Nesses contratos, não há transferência legal do imóvel, fazendo-se uma escritura particular em cartório.

## Habeas data passa com uma só emenda

Os senadores aprovaram ontem apenas uma emenda introduzida pelos deputados ao projeto de lei que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*, direito constitucional que têm as pessoas de conhecer as informações sobre elas arquivadas em entidades do governo ou "de caráter pú-

blico" (para informação de terceiros). A emenda aceita alterar de BTN, que não existe mais, para Ufir a multa pelo descumprimento do regulamento.

O projeto agora será enviado ao presidente da República, para sanção ou veto. A proposta determina que a pessoa interessada deverá pedir as informações ao órgão go-

vernamental sob a forma de requerimento, o qual terá de ser aceito ou recusado no prazo de 48 horas.

Os senadores não concordaram com duas emendas dos deputados, incluindo uma que permitia a quaisquer filhos, pais ou cônjuges ter acesso a informações relativas a pessoa considerada desaparecida.

## Plenário aprova o Prêmio Darcy Ribeiro

Foi também aprovado ontem, em plenário, projeto de resolução do Congresso Nacional que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, destinado a pessoas ou empresas que tenham oferecido contribuição relevante para a causa da educação brasileira.

O projeto foi apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o qual destacou que "é difícil abordar o tema da educação nacional" sem falar do educador, antropólogo e político Darcy Ribeiro, que morreu no primeiro semestre deste ano. O prêmio será conferido todo dia 26 de



Darcy: homenagem póstuma

outubro, aniversário de Darcy Ribeiro. Os parlamentares enviarão à Mesa do Congresso, até o último dia de agosto, suas sugestões de homenagem, com justificativas.

## Paraíba e Rio Grande do Norte ganham empréstimos

TSrês novos empréstimos da CEF para o ajuste fiscal de mais dois estados - Paraíba e Rio Grande do Norte - foram aprovados ontem pelos senadores. A Paraíba receberá, com aval da União, R\$ 124 milhões e o Rio Grande do Norte R\$ 80 milhões. Durante a discussão, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) assinalou que tinha aprovado o mesmo tipo de operação para o Paraná, mas a imprensa local tem provocado "uma confusão deliberada", acusando o senador de votar empréstimos de ajuste fiscal para ou-

tros estados e rejeitar pedidos para o Paraná.

- A Paraíba e o Rio Grande do Norte estão tomando providências para gastar com pessoal no máximo 60% do orçamento, como manda a lei, o que não ocorre nos pedidos de empréstimos internacionais do Paraná - disse Osmar Dias.

Em outra votação, o plenário decidiu adiar para o próximo dia 29 pedido da prefeitura de Goio-Erê (PR) para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador Antonio Carlos Magalhães**  
10h45 - Recebe o sr. César Maia

11h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

11h - Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PL nº 15/1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 610.234,00; "PL nº 18/1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R\$ 26.897.396,00; "PL nº 20/1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 4.120.720,00; e "PL nº 26/1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial até limite de R\$ 3.034.520,00.

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado  
Pauta: "PDL nº 118/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Eldorado Catarinense Ltda.; "PDL nº 119/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Difusora de Mirassol d'Oeste Ltda.; "PDL nº 120/96, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio São Carlos Ltda.; "PDL nº 3/97, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Gaiúcha Zero Hora de Comunicações Ltda.; "PLS nº 88/97, dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o artigo 14, parágrafos 10 e 11, da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da "PEC nº 20/97, que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; terceiro dia de discussão da "PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; terceiro dia de discussão da "PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; terceiro dia de discussão da "PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias; e "Projeto de Resolução nº 125/97, autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o governo do estado de Mato Grosso e o Instituto Bancário San Paolo di Torino S.p.A., destinada ao financiamento da construção de pontes de concreto no âmbito do Programa de Perenização das Travessias do Estado.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 06/96, altera a redação do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto; "PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 221/95, eleva a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins); "PLS nº 253/96, exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; "PLS nº 83/95, dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social; "PLS nº 167/95, dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; "PLS nº 160/95, dispõe sobre o exercício da profissão de agente comunitário de saúde; e "PLS nº 134, dispõe sobre a propaganda de bebidas alcoólicas e derivados do tabaco, através dos meios de comunicação de massa. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Educação

Pauta: Painel sobre Educação  
Convitados: prof. Lizeza Regina G. Arclaro (USP), prof. Acácia Kuenzer (UFPR), reitora Wraza Panizzi (UFRGS), prof. Sofia Lerche Vieira (UFCE) e prof. Júlio Wiggers (UFSC). Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucílio Portella  
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Holival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

*Renato Guerreiro presidirá por três anos a agência, enquanto os conselheiros terão mandatos variados, de quatro, cinco, seis e sete anos. Todos os aprovados ontem terão o nome submetido ao plenário hoje*

## Comissão acolhe diretoria da Anatel

Sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável à indicação, pelo presidente da República, do nome de Renato Navarro Guerreiro para exercer, por três anos, o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Também foram acolhidas as mensagens de indicação dos nomes de Luiz Francisco Tenório Perrone, José Leite Pereira Filho, Mário Leonel Neto e Antônio Carlos Valente da Silva para os cargos de conselheiros, pelo prazo de quatro, cinco, seis e sete anos, respectivamente. As indicações serão submetidas à apreciação do plenário na sessão de hoje.

A diferença na duração dos mandatos de conselheiros atende a exigência da Lei Geral das Telecomunicações e visa dar tempo para que a Anatel se instale e funcione como órgão regulador dos serviços do setor.

Depois da leitura dos relatórios favoráveis às indicações, o engenheiro Renato Guerreiro mostrou sua satisfação em poder comandar e participar da revolução que, a seu ver, se inicia

*O futuro presidente da Anatel, Renato Guerreiro, considera uma "revolução" nas telecomunicações a criação da nova agência*



Os diretores indicados falaram sobre suas experiências profissionais, depois de aprovados na reunião da CI

no campo das telecomunicações. Ele enfatizará a Anatel fiscalizará e definirá as metas comportamentais do mercado, com o fim de favorecer a competição e dar ao usuário "sempre o melhor preço".

dições para o desenvolvimento das telecomunicações, que, segundo ele, é um propulsor do progresso; e maximizar o valor da venda das empresas a serem privatizadas.

Renato Guerreiro atuou como presidente dos conselhos de Administração da Telebrás, Telepará, Telesp, Teles e Telebrás. Foi também membro dos conselhos de Administração da ECT, Telp e Telebrás.

Fizeram suas exposições, depois de Guerreiro, os quatro conselheiros indicados, prestando informações sobre sua formação profissional e acadêmica na área de telecomunicações. Luiz Francisco Perrone foi engenheiro de eletrônica na área de telecomunicações, no Brasil e no exterior, e engenheiro na Telefunken do

Brasil e no Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).

José Leite Pereira exerceu os cargos de engenheiro da Embatel e conselheiro do Bureau de Desenvolvimento de Telecomunicações (BDT) na Suíça. Mário Leonel Neto, que exerce o cargo de secretário de Serviços de Comunicações no Ministério das Comunicações, foi diretor do Departamento de Tarifas da Secretaria de Serviços de Comunicações e gerente de área econômico-financeira. Antônio Carlos Valente ocupou o cargo de assessor especial do ministro das Comunicações, foi gerente dos departamentos de Planejamento Técnico da Telebrás, da Telerj e da Cetel.

### Plenário vota já os nomes aprovados na Infra-Estrutura

O plenário do Senado vota esta tarde mensagem do presidente da República indicando o primeiro presidente e os quatro conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

- É um momento importante para o Senado, porque o país está entrando numa nova fase institucional com a Anatel. Com a privatização, haverá agora um órgão regulador das atividades de telecomunicações, independente do governo e da iniciativa privada - saudou ontem, em plenário, o senador José Fogaça (PMDB-RS), durante a votação do requerimento de urgência para que a mensagem seja votada hoje.

O senador Lauro Campos (PT-DF) manifestou voto contra a aprovação do requerimento de urgência para a mensagem.

## Campos acusa governador de MT de pôr em risco verba para estradas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) denunciou ontem que o estado pode deixar de aplicar R\$ 40 milhões provenientes de projetos aprovados pelo Banco Mundial para recuperação das rodovias no estado, se o governador Dante de Oliveira "não se conscientizar que licitação é coisa séria e precisa ser tratada com seriedade". O senador lembrou que Mato Grosso produz hoje 10% da safra agrícola nacional.

Júlio Campos disse que a população do município de Mirassol d'Oeste está co-



Campos: licitação é coisa séria

brando do governo do estado a obra de recapeamento da MT-175, que liga Mirassol, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, indo até Jauru. Segundo o senador, o trecho

que sai do entroncamento do Cacho (BR-174) e vai até Araputanga, cortando vários municípios, foi instalado há 13 anos, durante o seu governo, e desde então não recebeu manutenção adequada.

Campos destacou que o governador Dante de Oliveira chegou a visitar a região, fazendo o lançamento simbólico do recapeamento, mas a licitação foi suspensa. Acrescentou que a licitação para o recapeamento de outra rodovia estadual, que liga o distrito de Caramujo e Lambari d'Oeste, foi suspensa.

## Simon defende Ulysses das versões de Geisel e Collor

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a memória do presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 88, Ulysses Guimarães, diante das referências a ele feitas nas autobiografias dos ex-presidentes Ernesto Geisel e Fernando Collor. Ressaltando que falava com base em matérias jornalísticas e desejando que não fossem verdadeiras, ele disse que as declarações desmereciam "um dos maiores pavilhões de civismo da história do país".

Simon afirmou que o ex-presidente do MDB e, mais tarde, PMDB, foi "o grande coman-



Simon: pela memória de Ulysses

dante nos momentos difíceis do país". Sobre Collor ter recebido a solidariedade de Ulysses durante o impeachment, Simon disse que "o doutor Ulysses recebeu que uma CPI pudesse acabar mal para o país".

Sem prevenção garantida em uma legislação adequada, cresce a incidência de doenças ocupacionais. Senadores pretendem aperfeiçoar o projeto que trata do assunto

## CAS debate condições ambientais do trabalho com computadores

A necessidade de um intercâmbio entre governo, Congresso e sociedade para que seja elaborada uma legislação capaz de atender às expectativas dos milhares de brasileiros que trabalham com computadores foi defendida ontem pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Ela foi uma das participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais para discutir o projeto que dispõe sobre a jornada e as condições ambientais do trabalho em terminais de vídeo.

A senadora lembrou que o número de doenças ocupacionais associadas ao uso de computadores tem crescido na mesma proporção em que tem aumentado o uso desse instrumento de trabalho. "As empresas não investem na prevenção de doenças e negam a existên-



Sob a presidência de Ademir Andrade (C), a CAS ouviu interessados na regulamentação da matéria

cia do problema. E o INSS não reconhece a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), como doença de trabalho", disse.

Sob a presidência do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a Comissão de Assuntos Sociais ouviu representantes do governo, da classe empresarial e dos trabalhadores.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), após considerar

"muito oportuna" a audiência, disse que "o projeto é muito complexo e precisa ser amplamente discutido". Ele acha que a proposição deve ser "analisada detidamente, com base inclusive do que já deve haver em outros países sobre a matéria".

Participaram ainda do debate o senador Albino Boaventura (PMDB-GO); Djalma

Valois, da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados (Fenadados); Douglas Bauk, da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); e Isis Aguiar, diretora da Prodados Informática, responsável por dois sistemas desenvolvidos em prevenção e reeducação dos profissionais do vídeo.

## Ronaldo critica editorial da *Folha de S. Paulo*

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) considerou ontem "maniqueísta" o editorial "Justiça ou Lei do Cangaço?", publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último sábado. "É muita coincidência que, após eu ter defendido o projeto de lei do senador Roberto Requião sobre direito de resposta, esse jornal renove fatos que me envolveram quando eu era governador da Paraíba", disse o senador, lendo carta que enviou à *Folha de S. Paulo*.

Já fui julgado e absolvido pelo povo do meu estado, que me conferiu consagrada votação e uma eleição inédita para um ex-governador. Esse povo agiu assim por conhecer em profundidade as minhas razões e minha história. Tenho certeza de que o julgamento a Paraíba fez qualquer tribunal fará, tendo em vista um fato ocorrido em instante inesperado e desesperado da minha vida, em que era refém dos meus sentimentos e prisioneiro das emoções próprias do homem, mas, acima de tudo,



Ronaldo: já fui absolvido pelo povo do pai - afirmou.

Ronaldo Cunha Lima lembrou que, ao assumir no Senado, apresentou duas propostas de emenda constitucional em relação a imunidade parlamentar, "embora reconheça o princípio adotado em todos os países de que a imunidade é uma garantia do Parlamento e não privilégio do parlamentar". Conforme explicou, uma das propostas permite o processo do parlamentar independentemente da licença do Congresso Nacional e a outra transfere para o tribunal de júri a competência sobre alguns crimes cometidos por parlamentares.

O senador declarou confiar que, mesmo ainda não concluída a votação do projeto do

senador Roberto Requião, a sua resposta enviada à *Folha de S. Paulo* merecerá o mesmo espaço dedicado ao editorial, "cujo título maniqueísta não condiz com a linha do conceituado jornal, até porque as discriminações são impróprias à modernidade e à consciência ético-jurídica nacional".

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) destacou que quem conhece o senador Ronaldo Cunha Lima sabe que ele é um homem "fraternal por natureza e incapaz de fazer o mal a quem quer que seja".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na

direção dos trabalhos, solidarizou-se com Ronaldo Cunha Lima, afirmando que, durante todo o tempo que o conhece, ele tem ajudado bastante para colocar o Senado numa posição de destaque na política nacional.

Tenho relacionamento muito bom com a imprensa de todo o país, em particular com a *Folha de S. Paulo*. Entretanto, não é admissível que a imprensa, ao discordar de um senador, queira atribuir-lhe juízos como os que foram feitos ao senador Ronaldo Cunha Lima. Essa atitude não pode ter o nosso apoio no Senado - afirmou Antonio Carlos Magalhães.

## Suplicy recebe sem-terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) estará hoje em Curitiba, onde receberá a marcha dos sem-terra que partiu de vários pontos do Paraná em favor da reforma agrária. Além da recep-

ção aos trabalhadores rurais, segundo informou o gabinete do senador, haverá um ato público em frente ao Palácio Iguazu com a presença de autoridades políticas, religiosas e artísticas.



Amorim pede fiscalização

## Amorim quer ajuda federal a Rondônia por "vias regulares"

O senador Emandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que atenda às necessidades do estado de Rondônia "por meio de vias regulares", nas quais existe prévia determinação de aplicação em projeto ou atividade sob fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Segundo o senador, vários parlamentares já criticaram, sem sucesso, a utilização de recurso federal pelo governador de Rondônia "para tentar se reeleger, como o próprio afirma".

Amorim afirmou que não há justificativa para o governo federal continuar destinando recursos a Rondônia com a finalidade de quitar dívidas entre o governo estadual e a Companhia Elétrica de Rondônia (Ceron), já que a Eletrobrás pode adquirir o controle acionário dessa companhia.

O senador reclamou a imediata aquisição do controle acionário da Ceron pela Eletrobrás, explicando que o pagamento das dívidas da companhia pode ocorrer por meio da venda do restante das ações à empresa ligada ao governo federal.

Amorim disse que a Comissão de Fiscalização e Controle deve constituir em breve uma subcomissão para acompanhar a compra das ações pela Eletrobrás e demais relações entre as partes envolvidas. Para o senador, "é necessário um controle preventivo, porque, a seu ver, há dívidas que recaem sobre a honestidade do governo de Rondônia e, também, sobre as recentes declarações do governador à imprensa sobre a troca de apoio mútuo às reeleições, tanto no âmbito federal quanto no estadual.

# Plenário manifesta-se contra o fim do 2º turno

No quarto dia de discussão em plenário da proposta de emenda constitucional do senador Júlio Campos (PFL-MT) extinguindo o segundo turno nas eleições para prefeitos e governadores, foram muitas as vezes que se ouviram contra. Os argumentos variaram do ético ao legal. José Fogaça não considera justo que se mudem as

regras a menos de um ano do pleito. José Serra acha que a experiência de dois turnos é muito recente para uma conclusão. Ramez Tebet apela ao sentimento que inspirou os constituintes de 88. Pedro Simon vê risco de erro de interpretação. E Lúcio Alcântara teme eleitos com 20 ou 30% dos votos.

## Fogaça: não é justo mudar regras agora

Apesar de manifestar-se favorável ao fim do 2º turno, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que votará contra a proposta de emenda constitucional que extingue esse dispositivo para as eleições estaduais e municipais. Em sua opinião, não é "justo nem recomendável" que se modifiquem as regras eleitorais menos de um ano antes do pleito.

- Por mais que seja contrário ao 2º turno, não considero que seja o momento adequado para sua eliminação, pois já passou o prazo de 3 de outubro para se alterar a legislação eleitoral. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votei a favor da matéria, pois ainda estava nesse prazo - salientou.

Fogaça argumentou que o 2º turno incentiva a fragmentação partidária, o que, a seu ver, "já é um motivo mais do que suficiente para ser contrário a ele".

O senador afirmou ainda que o dispositivo é danoso para as coligações partidárias, que, segundo ele, são feitas precariamente no 2º turno e fragilizam a sustentação dos candidatos eleitos na segunda votação.

## Serra teme governo eleito sem maioria

O senador José Serra (PSDB-SP) considera o 2º turno um "seguro democrático" contra os riscos de um governo eleito sem maioria. Em sua opinião, a experiência brasileira de eleições com esse mecanismo é muito curta para se tirar a conclusão de que ele incentiva, por exemplo, a pulverização partidária.

- É muito precipitado querer alterar a Constituição no que se refere ao 2º turno, pois ele foi aplicado apenas duas vezes em cada esfera de governo. Estão atribuindo a ele defeitos que são, na verdade, da atual legislação político-eleitoral - frisou.

De acordo com José Serra, o 2º turno não aumenta a corrupção devido à negociação de apoios dos candidatos derrotados no 1º turno.

- Está ficando claro que é muito difícil que as lideranças e os partidos transfiram votos; portanto, o preço desses apoios vai diminuir ao longo do tempo - assinalou.

## Carta impede mudança, alerta Ramez Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que não se pode modificar a legislação eleitoral menos de um ano antes da eleição mesmo por proposta de emenda constitucional (PEC), já que, como argumentou, há um dispositivo na Constituição que impede esse tipo de mudança.

- Os defensores da extinção do 2º turno alegam que é possível alterar a Constituição, pois trata-se de uma PEC. Mas o que inspirou o legislador constituinte? Era que não se deve mudar a regra em cima da hora. Estamos ou não estamos discutindo modificação na legislação eleitoral? Sim, e uma alteração profunda no sistema - afirmou.

Ramez Tebet também se mostrou contrário à redução do percentual de votos para que o candidato a presidente da República seja eleito no 1º turno. "A sociedade não quer mudanças repentinas e está cobrando regras mais duradouras para as eleições", destacou.

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) considerou que o 2º turno é muito importante em um país onde os partidos políticos são respeitados, o que, na sua opinião, não é o caso do Brasil.

## Simon não vê corrupção com dois turnos

"Não é possível que se discuta corrupção nas eleições com o argumento de que o 2º turno a provoca", disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao considerar que a proposta de emenda constitucional acabando com esse turno é "profundamente infeliz".

Na sua opinião, o Senado ficará mal diante da sociedade se aprovar a proposta. "A imprensa dirá que nós queremos beneficiar os senadores que são candidatos nas próximas eleições", salientou Simon, observando que, como não há senadores com chances de serem candidatos a presidente, a matéria não extingue o 2º turno para as eleições presidenciais.

- A hora de ter terminado com o 2º turno era quando nós votamos a emenda da reeleição, mas o Senado não decidiu assim, como tampouco obrigou que os atuais ocupantes de cargo no Executivo se afastem do cargo seis meses antes da eleição, caso sejam candidatos, como eu defendia na época - frisou ele.

## Alcântara aponta risco à legitimidade

Com o segundo turno, os "eleitores avaliam melhor os candidatos", sustentou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem esse mecanismo instituído pela Constituinte de 88 "promoveu um aprimoramento democrático" no país.

- Além de tudo, pode haver um problema jurídico, pois a Constituição determina que a lei eleitoral deve ser votada um ano antes do pleito, mas silencia no caso de emenda constitucional - ponderou.

Lúcio Alcântara disse que, sem o segundo turno, poderemos ter prefeitos e governadores eleitos "com apenas 20% ou 30%" dos votos e, com isso, há sempre quem questione a legitimidade de um executivo eleito em tal situação.

O argumento de que o segundo turno pode possibilitar corrupção, com candidatos derrotados vendendo apoio em segundo turno, não tem sentido, na opinião de Alcântara. "Corrupção eleitoral independe de segundo turno."

- Voto contra a emenda que acaba com o 2º turno agora ou depois - concluiu.



## Humberto Lucena considera uma incoerência

Durante o quarto dia de discussão em plenário da emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) discordou da proposta, lembrando que, ao ser instituído o segundo turno pela Constituinte de 88, "quase não houve contestação".

Lucena considera uma incoerência a emenda do senador Júlio Campos (PFL-MT), que mantém a segunda votação para presidente da República. "O segundo turno foi implantado para dar maior legitimidade a quem for eleito. Será que só interessa legitimar presidente da República? Por que não legitimar os governadores e

os prefeitos?"

O senador defendeu a extensão do segundo turno à eleição de prefeitos de cidades menores (hoje, só há 2º turno em municípios com mais de 200 mil eleitores). Lucena frisou que "não ficará bem" para o presidente Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição, se for aprovada

a parte da emenda que reduz de 50% para 45% o percentual para que um candidato seja eleito presidente em primeiro turno.

- O segundo turno foi benéfico para a democracia. Se essa emenda for aprovada, haverá um retrocesso no projeto democrático brasileiro - afirmou o senador paraibano.



# Diagnóstico ruim no Dia do Médico

O Dia do Médico foi lembrado na sessão de ontem por vários senadores, que concordaram num ponto: o país está mal de saúde, seja por falta de verbas públicas, seja pela ausência de uma política realista para o setor, como reclama Ottoniel Machado. A CPMF, que resolve-

ria em parte a escassez de recursos, é usada como substituta de verbas antes existentes no Tesouro, segundo Lúcio Alcântara. E Sebastião Rocha, que além de senador é médico, acha que os colegas de profissão operam milagres, com salários baixos e carga horária excessiva.

## Otoniel defende fonte de financiamento estável

O senador Ottoniel Machado (PMDB-GO) defendeu como "as melhores soluções para a saúde brasileira" a implementação de programas específicos de combate à fome e a definição de uma fonte de financiamento estável para esse setor. No seu entender, não só os médicos e cidadãos, mas principalmente os parlamentares, têm o dever de exigir rapidamente a execução dessas medidas pelo governo federal.

- Precisamos continuar nossa batalha sem tréguas para conquistar uma política de saúde que de fato atenda às necessidades de nosso povo. São crianças, adultos e idosos das camadas mais pobres que estão morrendo nas filas dos hospitais por que faltam médicos, remédios,



Otoniel: "multiemprego"

leitos e, acima de tudo, falta justiça social - enfatizou o senador, chamando atenção para a situação crítica de Goiânia, onde a ausência de equipamentos e vagas nas UTIs já levou muitos pacientes à morte.

Além do problema da superlotação dos hospitais, o sena-

dor considerou como outro "entrave que vitima a saúde pública" os baixos salários dos médicos, que se vêem obrigados a adotar o "multiemprego" para garantir a própria sobrevivência. De acordo com dados apresentados pelo "Perfil dos Médicos no Brasil", mais de 75% dos profissionais de medicina têm até três atividades e 24% representam a porcentagem dos que têm quatro ou mais empregos.



Tebet: turismo seria uma saída

## Desigualdade ameaça a Federação, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que o desequilíbrio regional no Brasil representa um risco para a Federação brasileira. A seu ver, o governo "precisa adotar políticas específicas" para evitar a exacerbada das diferenças entre as unidades federativas e entre as regiões do país. Ele disse ser incompreensível que 60% dos R\$ 17 bilhões de investimentos públicos previstos para o próximo ano estejam destinados às regiões mais desenvolvidas.

- O Senado Federal tem a obrigação indeclinável de debater o assunto e apontar soluções. O país necessita de uma política capaz de promover o desenvolvimento regional e criar condições para uma sociedade mais justa, mais humana e mais cristã - defendeu.

Ramez Tebet disse que a questão da desigualdade foi tema de debate promovido na segunda-feira, via Embratel, pela Associação dos Diplomados da Adeg.

## Alcântara não vê muito a comemorar

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a prestação de serviços de saúde no Brasil, a exemplo do que ocorre em outros setores, "é extremamente desigual", não havendo, portanto, muito a comemorar. Ele afirmou que a aprovação da CPMF não trouxe os benefícios esperados e



Alcântara: CPMF não resolveu

apontou as deficiências que existem no ensino de medicina no Brasil.

- Enquanto temos os centros médicos mais avançados do mundo, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, há situações de verdadeira penúria, onde o médico trabalha em condições hostis e inadequadas

para promover o mínimo de qualidade da assistência que pode prestar aos seus pacientes - afirmou.

Com relação à CPMF, Lúcio Alcântara entende que a contribuição não significou um aumento dos recursos disponíveis para a Saúde. Para ele, o produto da nova arrecadação substituiu fontes anteriores de recursos ou foi usado para pagar empréstimos que o governo havia contraído para financiar o setor. "Criou-se a CPMF e saiu a fonte Tesouro Na-

cional", explicou.

Para mostrar que o ensino médico não vai bem no Brasil, Alcântara trouxe dados contidos em documento elaborado por uma comissão especial que avaliou as escolas médicas em todo o país.

- No Brasil, não sei se é por causa da reserva do mercado, mas há uma tendência de se atribuir ao "princípio da autonomia universitária" a permissão para a abertura de novos cursos médicos - afirmou.

## Rocha: eles fazem milagres, nestas condições

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou um milagre o médico brasileiro conseguir salvar vidas humanas "ganhando salários tão baixos e sendo obrigado a cumprir carga de trabalho tão excessiva". Para ele, os médicos exercem a profissão com orientação sacerdotal, de maneira abnegada, e não estariam cumprindo seu dever se não fossem pessoas vocacionadas para o exercício da medicina.

- Suas lutas, suas dificuldades para superar obstáculos aparentemente intransponíveis, salvan-

do vidas humanas em hospitais desparelhados, em que faltam até mesmo mercurocromo e esparadrapo, são motivos de comemoração, numa época em que outros países praticam uma medicina de alta tecnologia, com o mais elevado nível de sofisticação e abundância de recursos materiais de apoio - disse ele.

Um dos autores do requerimento da homenagem, Rocha denunciou o estado da saúde pública no país, dando como exemplo as mortes causadas pela transfusão de sangue contaminado em clínicas do Rio de Janeiro

e em maternidades do Ceará e de Roraima.

Ele isentou o ministro da Saúde, mas responsabilizou a burocracia no atendimento e fornecimento de materiais e recursos humanos em muitos hospitais.

Ao comentar o projeto que regula os planos de saúde, Sebastião Rocha adiantou que, se confirmada sua indicação para a relatoria do projeto na Comissão



Rocha: burocracia culpada

de Assuntos Sociais, apresentará emendas limitando prazos de carência para tratamentos e assegurando atendimento a todos os tipos de doenças.

Rocha foi apartado por Gilvam Borges (PMDB-AP) e

Valmir Campelo (PTB-DF), que elogiaram a iniciativa de requerer a homenagem ao Dia do Médico.

## Sai lista de aprovados no Senado

O Diário Oficial da União publica hoje a lista dos candidatos aprovados na primeira fase do concurso público para o cargo de Analista Legislativo - Comunicação Social, Contatos e Eventos, promovido pelo Senado, juntamente com o edital de convocação para a prova prática. O resultado está disponível também no site [senado.gov.br](http://senado.gov.br).

O projeto de criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), debatido em audiência pública na CAE, deverá incentivar a construção civil, preservando direitos dos mutuários, para evitar casos como o da Encol

## SFI pode trazer US\$ 500 mi em 10 anos

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), relator do projeto de lei do Executivo que cria o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a aprovação dessa proposição poderá representar o ingresso de aproximadamente US\$ 500 milhões na construção civil, a serem injetados por instituições financeiras particulares nos próximos 10 anos.

A audiência pública da CAE teve a finalidade de colher subsídios para a discussão do projeto, que já foi aprovado na Câmara. Foram ouvidos os depoimentos do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), deputado Luiz Roberto Ponte; do presidente da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Anésio Abdalla; do assessor jurídico da Abecip, Melhim Namem Chalhud; e do diretor da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Márcio Braga.

Os expositores, de modo geral, consideraram muito

bom o projeto do governo. No entanto, Márcio Braga contestou a qualidade da proposta e salientou a necessidade de se aprovarem emendas, como a do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que evitem para os consumidores os problemas que hoje atingem os mutuários da Encol.

Maldaner, por sua vez, reconheceu que a proposta tem méritos, principalmente no que se refere à captação de recursos, mas destacou que os senadores têm obrigação de encontrar mecanismos capazes de preservar o interesse do consumidor final. Ele entende que a melhor maneira de se proteger o mutuário é exigir que os contratos resultantes da nova lei sejam celebrados por escrituras públicas e levados ao registro de imóveis competente. "ficando os emolumentos devidos à metade de seu valor nominal, quando se tratar da primeira aquisição de casa própria".



O senador Fernando Bezerra preside a reunião da CAE

## Renda mínima: votação segue amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para amanhã a votação das emendas ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa

de garantia de renda mínima associado a ações socioeducativas. O substitutivo havia sido aprovado em reunião anterior. As emendas que serão apreciadas em separado são de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça (PMDB-

RS).

Na reunião de ontem, Suplicy pediu aos membros da CAE que estejam presentes à reunião de amanhã: "Apelo aos senadores que demonstrem seu interesse num projeto que, no meu entender, é extremamente relevante para o país".



Suplicy quer opinião de eleitores

## Aplicação da lei garante mutuários

Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Francelino Pereira (PFL-MG), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Levy Dias (PPB-MS), apesar de admitirem a validade da preocupação de Maldaner, consideram que o Código Civil em vigor oferece meios suficientes para preservar o interesse dos mutuários. Neste sentido, a posição dos senadores e dos expositores que apoiam a proposta é de consenso, pois eles entendem que não há necessidade de se criar mais documentos legais, mas de se implementar a legislação existente.

Fernando Bezerra e Levy Dias também destacaram a

importância da abertura do financiamento da construção civil para o setor privado, inclusive o capital estrangeiro. Eles entendem que a construção de unidades residenciais, que em 1982 atingiu 648 mil unidades e, no ano passado, não ultrapassou 48 mil, precisa ser dinamizada.

- Trata-se de uma atividade que tradicionalmente oferece um grande número de empregos, o que pode significar uma saída para o drama do desemprego que hoje afeta milhões de brasileiros - afirmou Fernando Bezerra, que pretende apresentar seu parecer sobre a matéria nos próximos dias.

## Senado ouvirá a população

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convocou ontem os cidadãos que assistiam a TV Senado para que telefonem ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, José Serra (PSDB-SP), ao autor do substitutivo ao projeto de renda mínima associada a ações sócioeducativas, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e aos senadores que elegeram para dizer como querem que o Senado vote essa matéria. Discursando em plenário, Suplicy deu o número de ligação gratuita da Voz do Cidadão: 0800-612211.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sobre o veto presidencial à exigência de avaliação psicológica de candidatos à carteira de habilitação (inédito)
- 8h - Debate entre o senador Ademir Andrade (PSB-PA) e o diretor de Recursos Renováveis do IBAMA, Paulo Benicá sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia (representação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravado)
- 11h - Sessão conjunta do Congresso Nacional (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Constituição de Justiça (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 1h - Debate entre o senador Ademir Andrade (PSB-PA) e o diretor de Recursos Renováveis do IBAMA, Paulo Benicá (representação)
- 02h - "Jornal da Amazônia" (representação)
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Os presidentes do Senado e da Câmara se reúnem e criam grupo informal de trabalho para eliminar os "gargalos" e transmitir à sociedade a imagem de um Congresso que é o mais atuante em muitos anos

## ACM e Temer buscam agilidade do Legislativo

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vão criar um grupo informal de trabalho para estudar uma série de propostas que garantam maior rapidez à tramitação das matérias no Congresso Nacional. O grupo deverá identificar as necessidades de mudanças nos regimentos das duas Casas e mesmo as modificações a serem feitas na legislação vigente e na Constituição, que permitam uma agilidade maior no ritmo de votação das matérias pelo Legislativo.

A decisão foi tomada pelos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, em reunião realizada na manhã de ontem, no gabinete da presidência do Senado. Os dois firmaram o compromisso de realizar um trabalho conjunto, a ser am-

pliado com a participação futura de lideranças partidárias visando à remoção de "gargalos regimentais e legais para otimizar o desempenho do Congresso", segundo informou Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Senado apontou como exemplo de situação a ser superada no futuro o "pingue-pongue" na tramitação da emenda que muda a Previdência Social, que, depois de votada na Câmara, foi modificada no Senado e terá

dução legislativa dos últimos tempos, explicou o senador, a complexidade na tramitação de determinadas matérias, especialmente as emendas constitucionais, juntamente com obstáculos regimentais, a c e b a m gerando na opinião pública a idéia de morosidade ou inoperância, ainda que os dois presidentes venham registrando uma mudança sensível neste aspecto.

As prováveis mudanças regimentais e até legais, para permitir um trabalho mais produtivo do Congresso, dificilmente chegarão a tem-



Antonio Carlos e Michel Temer querem dar maior rapidez às tramitações no Senado e na Câmara

*Enquanto as mudanças não são implantadas, presidentes das duas Casas tentarão acordos com as lideranças partidárias*

que ser examinada, novamente, pelos deputados.

A imagem que a opinião pública tem do Congresso Nacional é uma das preocupações de Antonio Carlos e Temer. Apesar da maior pro-

po de influenciar na tramitação de reformas como a da Previdência Social ou a administrativa. Antonio Carlos e Temer, no entanto, estão dispostos a manter contatos com as lideranças partidárias, para tentar acordos que encurtem prazos e viabilizem as votações definitivas dessas questões.

### Suassuna e Dutra elogiam a exposição sobre o Senado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou ontem a iniciativa da Coordenação de Relações Públicas do Senado pela exposição *O Senado e os Senadores*. Em visita à mostra, Suassuna destacou a oportunidade de os senadores divulgarem sua atuação, "e mostrar uma parcela importante do seu estado de origem".

Também em visita à exposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que ela está atendendo aos seus objetivos, "fazendo com que a população possa manter contato com o trabalho dos senadores".

O visitante da exposição pode conhecer o funcionamento do Senado e desenvolver atividades interativas, como navegar pelas *home-pages* dos senadores ou fazer um *tour* virtual pelo Senado.

A mostra ficará no Salão Negro do Congresso Nacional até o próximo sábado (dia 25). O horário de visitação é das 9h às 18h e, no sábado, das 10h às 15h. A entrada é franca.



Embaixador português agradece a contribuição de Antonio Carlos

### ACM recebe embaixador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do embaixador de Portugal, Pedro Ribeiro de Menezes, que apresentou suas despedidas, em função de sua remoção para Lisboa, onde assumirá o posto de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores de Portugal.

Menezes agradeceu o apoio

recebido de Antonio Carlos e do Congresso em seu trabalho à frente da embaixada portuguesa, ressaltando que os bons resultados alcançados no estreitamento de relações políticas, comerciais e culturais entre os dois países não teriam sido possíveis sem a real contribuição das autoridades brasileiras e suas lideranças políticas.



Almirante Carlos Edmundo comandou o Distrito Naval de Salvador

### Almirante lembra Salvador

Também foi recebido pelo presidente do Senado o almirante-de-esquadra Carlos Edmundo de Lacerda Freire. Ele explicou que seu encontro com Antonio Carlos Magalhães foi uma "visita de cortesia, em função de ter assumido recentemente o posto de secretário-geral da Marinha e ainda não ter

tido a oportunidade de vir cumprimentar o presidente do Congresso".

O almirante disse já ter tido muitos contatos com Antonio Carlos Magalhães no passado, quando comandou o Distrito Naval de Salvador e o parlamentar era governador do estado.